

MARIA CONCEIÇÃO ANTUNES (coord.)

EDUCAÇÃO DE ADULTOS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA II



Colecção de Ciências da Educação e Pedagogia

EDUCAÇÃO DE ADULTOS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

COORDENADORA
MARIA CONCEIÇÃO ANTUNES

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Avenida Fernão de Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO • IMPRESSÃO • ACABAMENTO
G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira – Assafarge
3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Outubro 2007

DEPÓSITO LEGAL
266123/07

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo,
sem prévia autorização escrita do Editor,
é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	11

I – EDUCAÇÃO DE ADULTOS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS E PROBLEMAS

A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO – O PERCURSO DE UMA DÉCADA Maria da Conceição Pinto Antunes.....	19
DA IMPORTÂNCIA DO SILÊNCIO – UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA Amália Saraiva	31
O LICENCIADO EM EDUCAÇÃO: PROJECTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL Isabel Gonçalves	37
CENTRO COMUNITÁRIO DA “CASA DA INFÂNCIA” A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NO DESENVOLVIMENTO PESSOAL, SOCIAL E COMUNITÁRIO Hellen Antunes.....	47
DA FORMAÇÃO PARA A <i>INTEGRAÇÃO</i> João Filipe Lopes Veloso.....	59
CRVCC – UM CENTRO DE NOVAS OPORTUNIDADES Susana Isabel Janeiro Ambrósio	69

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NUMA ORGANIZAÇÃO LOCAL: DA TRADIÇÃO PELA FORMAÇÃO STANDARD A UM MODELO DE ABERTURA À EDUCAÇÃO POPULAR Fátima Marques e Manuela Cunha	85
CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS NA ASSOCIAÇÃO SOL DO AVE – O PAPEL DO MEDIADOR NOS CURSOS EFA Sílvia Manuela Novais Castro.....	99
PERFIL E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO LICENCIADO EM EDUCAÇÃO NUMA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO Anabela Nunes de Nóbrega Chá-Chá	119
 II – EDUCAÇÃO DE ADULTOS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: PROJECTOS E PRÁTICAS	
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA HABITAT E O PROJECTO “BAIRRO HABITAT”; Maria Lisete Remoaldo	129
DE MÃOS DADAS – UM DESAFIO À COOPERAÇÃO Ana Isabel Carvalho.....	153
EDUCAR NA PREVENÇÃO Maria Manuela Correia Fernandes.....	173
DROGA: FALEMOS DELA ANTES QUE ELA LHE FALE Patrícia Alexandra Soares da Silva.....	195
PROJECTO “HUMANIZAR” Marta Judite Lopes.....	215
EU COM OS OUTROS: RELACIONAMENTO E DINÂMICAS INTERPESSOAIS ENTRE GRUPOS E GERAÇÕES Maria de Lurdes Fernandes.....	229
(RE)AGIR À DIFERENÇA Olívia Mendes	245

A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO – O PERCURSO DE UMA DÉCADA

MARIA DA CONCEIÇÃO PINTO ANTUNES
Professora Auxiliar do Instituto de Educação e Psicologia –
Universidade do Minho; Coordenadora do Mestrado em Edu-
cação na Área de Especialização em Educação de Adultos
e Intervenção Comunitária

Nos nossos dias, a educação ao longo da vida, entendida como processo de educação permanente dos indivíduos e processo global de desenvolvimento das comunidades, englobando “a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda a gama de possibilidades de aprendizagem informal e ocasional existente numa sociedade” (UNESCO, 1997: 9), tem vindo a ser aceite como a fórmula integradora dos processos de autoconstrução participada e enriquecimento integral dos seres humanos e das comunidades. Entender a educação como um processo a decorrer ao longo da vida é entender um processo educativo que transcende largamente os limites da educação escolar e os contornos da educação institucionalizada.

Com base na avaliação dos dados que os doze anos de existência da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho nos permitiram apurar, pretendemos com este pequeno ensaio evidenciar a importância e a necessidade da denominada educação não-formal para o desenvolvimento sustentável das pessoas e comunidades, enquanto potenciadora da democratização da educação, da dinamização cultural e da transformação social.

A Licenciatura em Educação da Universidade do Minho

Se é um facto que as Universidades são instituições académicas dinamizadoras da investigação, potenciadoras e produtoras de inovações e, por esta razão, vivendo um pouco à margem do imediato do dia-a-dia quotidiano, também é verdade que constituem uma fase importante da autoformação participada dos indivíduos e, isto implica criar condições de desenvolvimento integral, promovendo a sua integração na comunidade em todas as dimensões da vida, nomeadamente, a nível profissional. Sendo assim, nos dias que correm, a articulação entre o saber teórico e o saber prático, a investigação e a acção constitui um desafio incontornável que se coloca às instituições académicas. Consequentemente, o factor empregabilidade constitui um dos critérios mais pontuados no momento de avaliar, reestruturar, autolegitimar e/ou criar novos cursos.

A proposta de criação da Licenciatura em Educação não tinha como pressuposto circunscrever o curso a uma preparação profissional com boas perspectivas de inserção no mercado de trabalho, contudo, na sua idealização e concepção preocupou-se em levar a cabo um profundo trabalho de análise de diagnóstico para auscultar as necessidades educativas mais prementes da população portuguesa. Tendo em conta os indicadores revelados nesta análise de necessidades, que davam conta de uma realidade educativa e cultural maioritariamente caracterizada por baixos níveis de escolaridade, de informação e formação, nomeadamente, da população adulta, tornava-se evidente que este curso deveria contemplar, prioritariamente, as necessidades educativas a que o sistema educativo, melhor dizendo, escolar não tinha conseguido dar resposta.

Consequentemente, a Licenciatura em Educação surge, no ano lectivo de 1993-94, como um curso que procura dar resposta às necessidades do amplo universo de acções e modalidades de educação/formação entendidas à luz do paradigma de educação ao longo da vida abrangendo, assim, as instituições educativas formais e não formais e todas as actividades de índole social e cultural onde as dimensões de educação/formação se revelem pertinentes. Tendo como pressuposto básico, uma concepção de desenvolvimento integral, este curso enquadra uma grande diversidade de áreas de intervenção, entre outras, podemos destacar, os apoios sócio-educativos, os tempos livres e a animação, a educação de adultos e da

terceira idade, o desenvolvimento comunitário, a formação profissional e a gestão da formação.¹

Como nos diz o documento de *Proposta de Criação do Curso*, esta licenciatura tem como finalidade “formar, não profissionais do ensino para as necessidades dos diferentes níveis do sub-sistema escolar, mas profissionais da educação para as tarefas actuais e emergentes dos vários sectores do sistema educativo”.² Neste sentido, o curso habilita para um conjunto diversificado de competências na área da educação/formação, nomeadamente, ao nível da “definição de projectos e programas de intervenção socioeducativa, na sua implementação e avaliação, sendo ainda (o licenciado em educação) preparado para desempenhar um papel na análise fundamental e crítica do sistema e das instituições educacionais”.³

Do exposto, constatamos facilmente estarmos em presença, do que hoje denominamos, ‘um curso de banda larga’ que prepara para a intervenção em variadas instâncias da educação e da formação, dentro e fora do sistema educativo, nomeando-se, entre outras, empresas, instituições de saúde, instituições de solidariedade social, autarquias, associações culturais e de desenvolvimento local, organizações não-governamentais, serviços educativos e de animação das bibliotecas, museus e fundações, centros cívicos e comunitários, centros culturais e sociais, universidades populares e de terceira idade e outras instituições onde a dimensão da educação e da formação ao longo da vida se mostre relevante.

Dada a complexidade do fenómeno educativo que exige uma visão multidimensional e a diversidade e especificidade de cada um dos muitos campos de intervenção que contempla, entendeu-se ser indispensável assegurar uma formação comum de três anos, com uma intervenção forte de ciências básicas de educação e, conseqüentemente, a pluralidade e diversidade de saberes que estas congregam. Após estes três anos de formação inicial de banda larga estabeleceu-se um quarto ano com três ramos de pré-especialização conducentes à formação de perfis de intervenção: Ramo I – Recursos Humanos e Gestão da Formação; Ramo II – Educação

¹ Instituto de Educação e Psicologia (1990). *Proposta de Criação do Curso de Licenciatura em Educação*. Braga: Instituto de Educação/Unidade de Educação de Adultos.

² Idem: 1.

³ Idem: 7.

de Adultos e Intervenção Comunitária; Ramo III – Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social. O quinto ano corresponde a um estágio curricular, no âmbito do ramo de pré-especialização frequentado no ano anterior. O estágio é realizado numa instituição em que o aluno concebe, implementa e avalia um pequeno projecto de intervenção educativa.

O Momento de uma Primeira Avaliação

Decorridos doze anos, após o início deste curso e tendo em conta a experiência científica e pedagógica acumulada, os dados obtidos pelo Observatório de Emprego do Curso, os Relatórios de Auto-avaliação, de Avaliação Externa e o Relatório-Síntese Global de Avaliação Externa dos Cursos de Licenciatura em Educação/Ciências da Educação existentes no país, poderemos fazer uma avaliação que vai muito além das já consideradas, na altura, “arrojadas” expectativas.

A Comissão de Avaliação Externa considera que “a Licenciatura em Educação obteve um impacto notável na sociedade envolvente mercê de uma recepção positiva e entusiástica das suas propostas laborais” (CAE, 2005: 24) e evidencia o “alto grau de empregabilidade” (ibidem) alcançado. Efectivamente os dados do Observatório de Emprego relativos a 2000-01 registam uma taxa de empregabilidade que poderemos considerar muito elevada (85%), evidenciando mesmo uma melhoria relativamente à média do triénio (1997-2000) que se situava em 82%.⁴ A mesma Comissão chama especial atenção para o modelo pedagógico adoptado que privilegia uma construção participada de conhecimento do qual resulta certamente, entre outros aspectos positivos mencionados pelos alunos, o sucesso escolar e o nível de empenho, motivação e dedicação de professores e estudantes.

O trabalho pedagógico é de molde a exigir do aluno uma postura activa de procura e de investigação, mediante a realização de trabalhos de campo que substituem a memorização de um corpo de saberes predefinido [...] é realizado de uma forma muito estimulante para os alunos dando lugar

⁴ Silva, Bento Duarte (coord), (2001). *Relatório do Observatório de Emprego*. Conselho de Cursos de Educação e Psicologia. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

a modalidades de apoio prodigalizado pelos professores para além das horas oficialmente estabelecidas para o cumprimento desse tipo de tarefas. Tais formas de trabalho, ligadas a modalidades de avaliação que lhe são inerentes, criam um clima de aproximação entre professores e alunos, o qual contribui para os altos níveis de sucesso ostentados pela Licenciatura em Educação (CAE; 2005: 23).

Atendendo a todos os dados recolhidos, e que foram objecto de análise e avaliação, de entre os quais poderemos destacar, a qualidade do plano curricular do curso, o sucesso escolar dos alunos, o elevado nível de motivação e entusiasmo por parte de educadores e educandos, a elevada atracção de alunos, o modelo de pedagogia activa adoptado e o alto nível de empregabilidade alcançado, a Comissão de Avaliação Externa “coloca no topo a Licenciatura em Educação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho entre as suas congéneres” (CAE, 2005: 24).

Para aqueles que acompanharam a concepção deste projecto, se envolveram e deram corpo ao seu arranque e consolidação dentro e fora do campus universitário, é claro que a qualidade deste projecto, não obstante todos os factores mencionados, decorre, em grande parte, de dois factores fundamentais:

- a preocupação existente, desde o momento da sua idealização, da procura constante de articulação entre o mundo académico e o mundo laboral; os perfis de formação e as necessidades educativas existentes; os conhecimentos teóricos e as praxeologias instituídas;
- a construção do perfil profissional do educador (comunitário), tendo como princípio orientador o paradigma de uma concepção de educação ao longo da vida.

A procura de interacção entre o contexto académico e o laboral; a articulação entre o saber teórico e a sua aplicabilidade em contexto real de trabalho; a procura de informação actualizada do universo educativo formal e não formal é uma finalidade para a qual se vai trabalhando desde o primeiro ano do curso, atingindo a sua expressão mais relevante e efectiva no quinto ano, ou seja, no estágio curricular.

Assim, ao longo de todos os anos lectivos, os alunos (com o objectivo de recolher dados para a realização de trabalhos académicos) participam em momentos de educação/formação em contexto real de trabalho o

que lhes proporciona um conhecimento amplo e multifacetado do fenómeno educativo, através da possibilidade de observação de contextos socioeducativos diversificados e da análise crítica das instituições educativas e dos sistemas de educação/formação e intervenção educativa. São também desenvolvidos esforços no sentido de proporcionar momentos de partilha de saberes e experiências entre a comunidade académica (alunos e professores) e instituições e/ou agentes educativos, quer em registos mais singulares e, mais ou menos individualizados, em contextos de sala de aula, quer em acontecimentos mais colectivos e institucionalizados como Jornadas, Colóquios, Seminários, etc. organizados dentro e fora do campus universitário. Estes encontros constituem momentos privilegiados de aprendizagem e formação proporcionados pela partilha de saberes e experiências que conduzem a debates enriquecedores de intercâmbio entre as necessidades educativas reais e a construção de perfis profissionais adequados às necessidades existentes.

A articulação entre o mundo académico e o mundo laboral atinge a sua expressão máxima no quinto ano (estágio curricular) quando, como mencionámos já anteriormente, num contexto educativo concreto o aluno, sob orientação de um docente, concebe, implementa e avalia um projecto educativo.

A construção do perfil profissional dos futuros licenciados constitui outro factor de investimento e aposta forte da Licenciatura em Educação. Tendo em conta que, como realçou um dos mais notáveis psicopedagogos portugueses, “educar é essencialmente comunicar. Comunicar é relacionar pessoas e grupos; relacionar pessoas e coisas” (Santos, João dos, 1991b: 141-144) a preocupação fundamental é promover um processo de formação alicerçado no que Jacques Delors denominou os quatro pilares da educação:

aprender a conhecer, isto é a adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o ambiente; aprender a viver com os outros, a fim de participar e cooperar com eles e aprender a ser (Delors, 1996: 91-92).

Tendo em consideração que a tarefa educativa se faz *com* e não *para* as pessoas, uma das grandes apostas na formação dos licenciados em Educação é promover a aquisição de conhecimentos e competências ao nível do trabalho em equipa, das relações interpessoais, da mediação, da comunicação não só digital mas também analógica, da empatia, inter-ajuda, compreensão, etc.

A educação enquanto processo de auto e heteroformação supõe que a população alvo de um projecto educativo constitui o principal agente de (trans)formação e mudança individual e comunitária. Isto supõe a construção de uma comunidade de aprendizagem e de crescimento colectivo baseada numa co-implicação de educadores e educandos. Trata-se, antes de mais, de estabelecer e estreitar vínculos entre investigadores e população local, educadores e educandos, na tarefa comum de desocultar e compreender a realidade social com o objectivo de a transformar. Cabe, por isso, ao educador comunitário compreender as crenças, valores e significações mítico-simbólicas em que se encontram envoltas as histórias de vida daqueles com quem pretende trabalhar, para posteriormente saber como sensibilizar e motivar para a adesão, implicação e participação no projecto. Do mesmo modo, compete ao educador comunitário incentivar a participação e implicação de todos os actores envolvidos, a negociação de pontos de vista distintos, a ponderação entre o vocabulário mítico-simbólico e o vocabulário científico, a mediação e a gestão de possíveis conflitos.

Consideramos importante “insistir na obrigação de munir (os alunos) de competências indispensáveis para levar a bom termo a análise de necessidades” (De Ketele, 1988:25), pois só com um bom diagnóstico de necessidades poderemos conceber um projecto que vá de encontro às necessidades e interesses da população; só assim podendo contar com a sua participação.

O que primeiro move a vontade e energia das pessoas e mobiliza a população é a satisfação das suas necessidades primárias, dos seus problemas e tudo aquilo que faça a sua realização pessoal, familiar, grupal e comunitária” (Ander-Egg, 1990: 5).

Volvidos doze anos, após o arranque deste projecto de formação de formadores/educadores, o balanço é extremamente positivo, a recepção por parte das entidades empregadoras, o alto grau de empregabilidade conseguido, o impacto e transformações pessoais, comunitárias e institucionais conseguidas pelos licenciados em educação são razões de motivação e força para continuar e melhorar este projecto que pretende promover e dinamizar uma concepção de educação ao longo da vida, contribuindo, assim, de uma forma muito concreta e imediata para o desenvolvimento sustentável de pessoas e comunidades.

No momento presente, o Processo de Bolonha instiga-nos a uma nova etapa... a um novo desafio... enfim a um novo projecto...

Educação ao Longo da Vida: Um Caminho para o Desenvolvimento

Como procuramos evidenciar, no ponto anterior, uma das grandes apostas da formação dos nossos alunos passa, de uma forma muito particular, não só pela sua inserção no terreno e nos contextos educativos concretos, mas também a de todos aqueles que contribuem para a sua formação. O acompanhamento próximo e participado dos estágios, as visitas às instituições, as acções de formação realizadas, as palestras proferidas, a partilha de experiências possibilitada pelos colóquios, seminários e fóruns, permitem-nos fazer algum balanço relativamente à realidade da educação comunitária no nosso país.

O processo de educação/formação é um processo resultante do conjunto de informações/experiências interiorizadas e vivenciadas um pouco por toda a parte e ao longo da vida. O indivíduo constrói-se e/ou forma-se em função de novos contactos com pessoas/livros/experiências/comunidades, etc, apropriando-se ou seleccionando as informações que lhe interesse reter, ou seja, retrabalhando esses dados de forma idiossincrática. O processo de educação/ formação é, pois

fruto de encontros e/ou confrontos com acontecimentos, com relações fortuitas ou organizadas em que o sujeito em formação se apropria, filtra e/ou gere, selectivamente aquilo com que contacta. Neste processo o formando faz o que lhe é possível fazer, podendo até usá-lo não só obrigatoriamente em processos de manutenção e reprodução socioculturais, mas também em situações emancipatórias pessoais e grupais (Cortesão (coord), 2000: 5).

Com efeito, este processo resulta de um conjunto de experiências de vida ocasionais ou institucionalmente organizadas e, embora todas as experiências factuais e culturais vividas contribuam para a educação/ /formação dos indivíduos, há no entanto momentos considerados especificamente formadores. Estes são momentos de ruptura, de descontinuidade, de transição resultantes de novos acontecimentos, relações e/ou perda delas que levam o indivíduo a reflectir, a ponderar e a construir uma nova direcção no percurso da sua história de vida. A título de exemplo, podemos salientar entre outros: a entrada no mundo do trabalho, a mudança ou perda de emprego, o casamento, o nascimento dos filhos, a perda de um ente querido, o divórcio, etc. Não obstante tudo isto, fases propriamente consideradas de formação são, contudo, aquelas em que

Centros de Decisão organizam intencionalmente uma sequência de actividades, visando um crescimento profissional de acordo com as normas que considera adequadas, e/ou a aquisição de um estatuto profissional mais ou menos definitivo. Elas podem surgir em vários momentos da vida, podem surgir propostas por diferentes instituições...(Cortesão (coord), 2000: 6).

Considerando a natureza das instituições onde temos vindo a participar e/ou intervir em projectos de intervenção socioeducativa, desenvolvidos em meio rural ou urbano, somos levados a dizer que a educação comunitária se desenvolve, maioritariamente, no nosso país, ao nível da educação não formal, através de experiências esporádicas e ocasionais organizadas e promovidas por grupos e equipas que trabalham num registo, ainda, muito individualizado.

[...] o sector público da Educação de Adultos, em Portugal, tem-se tornado irreconhecível. Assiste-se a um grande descrédito e desconfiança em relação a este subsistema da educação permanente [...] chegando mesmo a opinião pública e os “media” a reduzi-la às práticas de Ensino Recorrente. (Sá, in (Oliveira, C. (et al). 1999: 75).

Deste estado de coisas resulta o facto de a quase totalidade dos projectos de intervenção socioeducativa se realizarem em contextos de educação não-formal, ao nível de pequenos grupos como associações e IPSS, ou seja, organizações que conhecem e procuram resolver os problemas das populações locais.

Pode verificar-se que se trata de organizações muito relacionadas com situações e com problemas locais: as associações sendo organizadas pelos actores sociais que vivem esses problemas; as IPSS surgindo também como tentativas de resposta a problemas locais que são enfrentados, não por quem os vivência, mas mais por activistas, e/ou agentes sociais intervenientes (Cortesão (coord), 2000: 106).

A experiência de trabalho na Licenciatura em Educação leva-nos à constatação de que, em Portugal, as actividades e acções de educação formação ao longo da vida, se foram institucionalizando ao longo da década de 90, ou seja, gradualmente passaram a ser desenvolvidas de forma sistematizada e programada no seio de diversas instituições de administração regional e local, IPSS's e associações, nomeadamente, as associações denominadas de desenvolvimento local.

Pensamos poder dizer que são muitas, gratificantes e determinantes para a formação e desenvolvimento de pessoas e comunidades, as experiências de educação comunitária que se vão promovendo, no nosso país, quer em contexto rural, quer em contexto urbano, no entanto muito pouco deste trabalho é devidamente valorizado, sistematizado e divulgado. Em certa medida, isto deve-se ao facto de que para estes agentes educativos

não há tempo para parar, reflectir sobre a prática, teorizar, de forma a desenvolver uma acção centrada numa práxis adequada a cada contexto de intervenção. Este reconhecimento – de ausência de pressupostos teóricos – é agravado pela ausência de sistematizações claras e decisivas sobre o trabalho de educação comunitária... pouco se escreve sobre esta actividade profissional, pouco se sistematiza das experiências volumosas e criativas que têm vindo a ser desenvolvidas, sobretudo desde o início dos anos 90 (Raimundo, H., 2003: 64).

Tendo em conta os contextos socioeducativos onde têm vindo a decorrer os estágios curriculares e algumas das saídas profissionais que se têm revelado mais significativas para os licenciados em Educação, pensamos poder dizer que os projectos de intervenção comunitária, neste momento, no nosso país são, maioritariamente, levados a cabo por organismos de poder local como associações e IPSS's.

Consideramos relevante salientar que estes projectos constituem, fundamentalmente, para as pessoas e comunidades mais desfavorecidas (rurais, excluídas, minoritárias) e periféricas aos centros de informação e decisão, um importante, senão o único, meio de promoção de um processo de educação/formação ao longo da vida. Neste sentido, a Licenciatura em Educação e de um modo particular, a área de Educação de Adultos e Intervenção Comunitária trabalha no sentido de o promover, dinamizar, e melhorar...

Bibliografia

- ANDER-EGG, E. (1990). *Repensando la Investigación-Acción Participativa*. México: Editorial El Ateneo.
- Comissão de Avaliação Externa dos Cursos na área das Ciências da Educação (2005). *Relatório de Avaliação Externa da Licenciatura em Educação*. Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

- CORTESÃO, L. (coord). 2000. *Nos Bastidores da Formação*. Oeiras: Celta Editora.
- DELORS, J. (1996). *L'Éducation. Un Trésor Est Caché Dedans*. Paris: Ed Odile Jacob.
- DE KETELE et al (1988). *Guia do Formador*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Instituto de Educação e Psicologia (1990). *Proposta de Criação do Curso de Licenciatura em Educação*. Braga: Instituto de Educação/Unidade de Educação de Adultos.
- SÁ, J. (1999). Aprender até Morrer. In Oliveira C; Paulo J. C.; Antunes M.C. *Educação de Adultos & Intervenção Comunitária*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, pp.75-80.
- RAIMUNDO, H, (2003). Os Educadores Comunitários, A Globalização e a Felicidade. Afinal o que temos a ver com isto?. In *Actas do I Congresso Ibero-Americano e Africano de Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário*. Vila Real de St.º António Câmara Municipal de Vila Real de St.º António, pp.63-74.
- SANTOS, João dos (1991b). *Ensaio Sobre Educação II O falar das letras*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Bento Duarte (coord), (2001). *Relatório do Observatório de Emprego*. Conselho de Cursos de Educação e Psicologia. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- SILVA, Bento Duarte (coord), (2002). *Relatório do Observatório de Emprego*. Conselho de Cursos de Educação e Psicologia. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- UNESCO, (1997). *Cinquième Conférence Internationale Sur L'Éducation des Adultes. La Déclaration de Hambourg*.